

Valdênia Geralda de Carvalho

**A lei de tortura e o sistema
de justiça criminal: desafios à
efetividade do princípio da
dignidade da pessoa humana e
do Estado Democrático de
Direito**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Programa de Pós-Graduação em Direito

Rio de Janeiro, junho de 2008



Valdênia Geralda de Carvalho

**A lei de tortura e o sistema
de justiça criminal: desafios à
efetividade do princípio da
dignidade da pessoa humana
e do Estado Democrático de
Direito**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Direito da PUC-
Rio, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito

Orientador: Florian Fabian Hoffmann

Rio de Janeiro
junho de 2008



Valdênia Geralda de Carvalho

**A lei de tortura e o sistema de justiça
criminal: desafios à efetividade do
princípio da dignidade da pessoa
humana e do Estado Democrático de
Direito**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Florian Fabian Hoffmann

Orientador
Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. João Ricardo W. Dornelles

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Márcia Nina Bernardes

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Nizar Messari

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2008.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Valdênia Geralda de Carvalho

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Especialista em Ciências Penais pela Fundação Escola Superior do Ministério Público. Especialista em Direitos Humanos pela Fundação Movimento Direito e Cidadania em convênio com o CES – Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus. Advogada. Coordenadora de Ensino da Graduação da Escola Superior Dom Helder Câmara.

Ficha catalográfica

Carvalho, Valdênia Geralda de

A Lei de Tortura e o Sistema de Justiça Criminal: Desafios à Efetividade do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e do Estado Democrático de Direito; orientador: Florian Fabian Hoffmann – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2008.

100fl.; 29 cm

1. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas.

1. Direito – Teses. 2. Lei 9.455/97. 3. Tortura. 4. Direitos Humanos. 5. Dignidade da Pessoa Humana. 6. Sociedade. 7. Direito. 8. Sistema de Justiça Criminal. I. Dornelles, José Ribas Vieira II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Dedico este trabalho a todos aqueles que tomaram vítimas da odiosa prática de tortura, seja no período tenebroso da ditadura militar, seja nos tempos atuais.

Aos desaparecidos da Delegacia de Furtos e Roubos, misteriosamente eliminados após prisões arbitrárias efetuadas por agentes do Estado.

Aos militantes de Direitos Humanos que se dedicam incondicionalmente à causa dos grupos mais vulneráveis da sociedade.

Agradecimentos

A Deus, pelo dom da vida e pelas bênçãos e graças que tem me proporcionado ao longo da minha existência.

Ao meu Orientador Prof. Florian Fabian Hoffmann, pelo estímulo intelectual e por ter conduzido com muita destreza, perspicácia e lucidez os trabalhos que culminaram com esta Dissertação.

Ao Prof. Adrian Sgarbi pela brilhante e louvável contribuição para a concretização do Mestrado Interinstitucional, como também pela compreensão e atenção dispensados para o desfecho favorável deste mister.

Ao Pe. Paulo Umberto Stumpf, que com seu empreendedorismo, impulsionou o MINTER com a PUC-Rio e com seu apoio, propiciou todas as condições favoráveis para que este trabalho fosse efetivado.

A Adalberto Batista Sobrinho, querido amigo e discente da Escola Superior Dom Helder Câmara, cuja atuação, na qualidade de Estagiário, foi fundamental para a consecução deste trabalho.

A minha mãe, Manoela, lutadora incansável, cujos respaldos emocional e espiritual, equilíbrio e serenidade foram determinantes para o desenrolar deste trabalho.

Ao meu amado irmão Narciso e minha querida Tia Dora, que estiveram na linha de frente torcendo pela minha vitória.

A Anacélia que, imbuída do espírito de solidariedade e apoio incondicional, envidou todos os esforços, disponibilizando seus préstimos profissionais para a ultimação e ajuste da estruturação deste trabalho dissertativo.

A Kevia, Alda, Taciana, Helder e Carla Silene pelo companheirismo, amizade e carinho demonstrados.

A Raquel Horta que acatou prontamente e com muita seriedade a incumbência de cuidar dos aspectos metodológicos do trabalho.

Resumo

Carvalho, Valdênia Geralda de **A Lei de Tortura e o Sistema de Justiça Criminal: Desafios à Efetividade do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e do Estado Democrático de Direito**. Rio de Janeiro. 100p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente pesquisa enfoca a Lei nº 9.455 de 07 de abril de 1997, popularmente conhecida como Lei de Tortura, que é investigada sob o prisma da sua eficácia para prevenir, coibir e punir os atos praticados por agentes do Sistema de Justiça Criminal contra supostos criminosos. O objeto de estudo foi selecionado por força da recorrência do fenômeno da tortura na sociedade brasileira e delimitado temporalmente entre a data da promulgação da lei, abril de 1997, até o ano de 2007, marco celebratório de uma década de vigência do aludido instrumento legal. Adotou-se a pesquisa bibliográfica, como também a pesquisa de campo, para fins de aferição dos objetivos demarcados. No bojo da pesquisa está incluída a análise de processos que tramitaram perante as Varas Criminais da Comarca de Belo Horizonte e denúncias oferecidas pela Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos pela prática de tortura por policiais. Os dados sinalizam que a eficácia da Lei de Tortura está em xeque, visto que no período de tempo investigado, não houve punição de servidores públicos acusados de tal crime. Constatou-se perante os órgãos públicos, que vigora uma certa “ditadura do esquecimento”, eis que nem o Ministério Público e nem a Magistratura dispõem de dados sistematizados acerca da questão.

Palavras-chave

Lei 9.455/97; Tortura; Direitos Humanos; Dignidade da Pessoa Humana; Sociedade; Direito; Sistema de Justiça Criminal.

Abstract

Carvalho, Valdênia Geralda de. **The Law of Torture and the Criminal Justice System. Challenges the effectiveness of the Principle of Human Dignity of the person and of a democratic state.** Rio de Janeiro. 100p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study focuses on the law number 9455 of 07 April 1997, popularly known as the Law of Torture, which is investigated under the prism of their effectiveness to prevent, curb and punish acts committed by agents of the Criminal Justice System against alleged criminals. The object of study was selected by the recurrence of the phenomenon of torture in Brazilian society and limited time between the date of promulgation of the law, in April 1997, by the year 2007, **Marc that celebrated** a decade of existence of the aforementioned legal instrument. Adopted to search Bibliographic but also to search the field, for the measurement of goals demarcated. In the midst of search is included analysis of the processes that tramited (were) before the court of Criminal District of Belo Horizonte and complaints offered by the Promoter of Human Rights by the practice of torture by police. The data indicate that the effectiveness of the Law of Torture is in check, since the time period investigated, there was no punishment of Public Servers accused of this crime. It was, before public bodies, which runs a "dictatorship of oblivion," this is that neither the Public Ministry and even the judiciary have systematic data about the issue.

Keywords

Law 9455/97; Torture; Human Rights; Human Dignity; Society; Right; Criminal Justice System.

Sumário

1. Introdução	13
2. A tortura: aspectos conceituais, históricos e normativos	21
2.1. O conceito de tortura	21
2.2.. Aspectos penais: o sujeito ativo e passivo da tortura	23
2.3. A tortura face ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao estado democrático de direito	25
2.4. A prática da tortura e a produção de provas no sistema de justiça criminal	29
3. Panorama histórico da tortura e dos direitos humanos	34
4. A lei 9.455 de 1997: os efeitos da lei na realidade social e administrativa	53
4.1. Condutas típicas e a eficácia da norma penal da lei de tortura	62
5. A lei e a prática da tortura: descrição e análise dos resultados	69
6. Conclusão	88
7. Referências bibliográficas	93

Lista de siglas

Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)

Organização das Nações Unidas (ONU)

PDDH (Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos)

Vara de Execuções Criminais (VEC)

Procedimentos Administrativos Investigatórios (PA's)

Corregedoria Geral de Polícia (CGP)

Delegacias da Superintendência de Polícia Metropolitana (Metropol)

Delegacia de Polícia de furtos e roubos de veículos (Detran)

Centro de Observação Criminológica (COC)

Sistema Computadorizado de Informações (Siscom)

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
(SEDH/PR)

Lista de quadros

Quadro 1 – Varas criminais e respectivos processos	70
Quadro 2 – Sistematização dos processos criminais transitados em julgado- Varas criminais da comarca de belo horizonte, no período de 1997 a 2007	72
Quadro 3 – Percentual de policiais envolvidos, por instituição	73
Quadro 4 – Evolução do efetivo das polícias militar e civil – 2003 a 2006 – MG	74
Quadro 5 – Perfil social das vítimas de tortura – Belo Horizonte – 1997 – 2007	75
Quadro 6 – Idade e sexo das vítimas de tortura – Belo Horizonte – 1997 – 2007	76
Quadro 7 – Regional da cidade onde se verificou a prática da tortura – Belo Horizonte – 1997 – 2007	77
Quadro 8 – Local da prática da tortura – Belo Horizonte – 1997 – 2007	77
Quadro 9 – Horário de prática da tortura – Belo Horizonte – 1997 – 2007	78
Quadro 10 – Exemplos dos meios e instrumentos utilizados na prática da tortura – Belo Horizonte – 1997 – 2007	79
Quadro 11 – Crimes imputados às vítimas de tortura – Belo Horizonte – 1997 – 2007	80

Quadro 12 – Motivações da prática da tortura – Belo Horizonte – 1997 – 2007	81
Quadro 13 – Resultado das demandas que aportaram no poder judiciário da comarca de Belo Horizonte, no período de 1997 a 2007	82
Quadro 14 – Número de denúncias de tortura – Promotoria de Defesa Dos Direitos Humanos – Belo Horizonte – MG	84

“Ao torturado, na tortura, só resta a saída - inimaginavelmente difícil - do silêncio. Através dela, garante e afirma, em grau heróico, a sua integridade de pessoa, pela realização de um valor supremo. O torturador, este não tem saída, nenhuma. Quando consegue êxito - e esta é a sua melhor hipótese -, o torturador, à semelhança da hiena, passa a alimentar-se de um cadáver”.

Hélio Pellegrino, in: A Burrice do Demônio

"Lembrem-se dos presos, como se vocês estivessem na prisão com eles. Lembrem-se dos que são torturados, pois vocês também têm um corpo”

Hebreus 13, 3

“A tortura vocifera em calabouços que trancam segredos de Estado ou de seus agentes, algozes dos irmãos e vítimas de sua própria tirania.”

Cármem Lúcia Antunes Rocha,
in: Direitos de/para todos

“A simples técnica de estabelecer, em constituições e leis, a limitação do poder, embora importante, não assegura, por si só, o respeito à Cidadania e aos Direitos Humanos”.

João Batista Herkenhoff., Direito e cidadania.